



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS

JARDENIA MAYARA DA SILVA NOGUEIRA

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RENDA FAMILIAR NA  
COMUNIDADE RURAL LAGES, QUIXERAMOBIM-CE.**

**POMBAL-PB  
2021**

**JARDENIA MAYARA DA SILVA NOGUEIRA**

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RENDA FAMILIAR NA  
COMUNIDADE RURAL LAGES, QUIXERAMOBIM-CE.**

**Orientadora: Aline Carla de Medeiros**

**POMBAL-PB  
2021**

**JARDENIA MAYARA DA SILVA NOGUEIRA**

**PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RENDA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL  
LAGES, QUIXERAMOBIM-CE.**

Dissertação Defendida e Aprovada pela comissão Examinadora em 16 / 12 /2021

BANCA EXAMINADORA

*Aline Carla de Medeiros*

---

Prof<sup>ª</sup>. D. Sc. Aline Carla de Medeiros  
Coorientadora/CFP/UFCG

*Patricio Borges Maracajá*

---

Prof<sup>º</sup>. D. Sc. Patrício Borges Maracajá  
Examinador Interno/CFP/UFCG

*George Ribeiro do Nascimento*

---

Prof<sup>º</sup>. D. Sc. George Ribeiro do Nascimento  
Examinador Externo/CFP/UFCG

POMBAL-PB

2021



N778p Nogueira, Jardenia Mayara da Silva.  
Participação da mulher na renda familiar na comunidade rural Lages,  
Quixeramobim-CE / Jardenia Mayara da Silva Nogueira. – Pombal, 2022.  
27 f.

Dissertação (Mestrado em Sistemas Agroindustriais) – Universidade  
Federal de Campina Grande, Centro de Ciências e Tecnologia  
Agroalimentar, 2022.

“Orientação: Profa. Dra. Aline Carla de Medeiros”.

Referências.

1. Agricultura familiar. 2. Renda familiar - Participação feminina. 3.  
Atividade agrícola - Papel da mulher. 4. Mulheres agricultoras. I.  
Medeiros, Aline Carla de. II. Título.

CDU 631.1.017.3 (043)

Em memória de Francisca Xavier, Maria Lourenço e Tia Ducarmo  
Dedico

## **Agradecimentos**

Á Deus, que sempre foi o autor da minha vida e do meu destino. O meio maior apoio nos momentos difíceis.

Agradeço minha família e meus amigos por todo o carinho, amor e força. Sou grato, especialmente, aos meus pais, Joaquim e Ana Maria, que tanto lutaram pela minha educação e nunca me deixaram perder a fé.

Obrigada meus irmãos Jackson Nogueira e Jannayara Nogueira, que nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior, sempre fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

*“Cada momento de busca é um momento de encontro. Enquanto procurei meu tesouro, todos os dias foram dias luminosos, porque eu sabia que cada hora fazia parte do sonho de encontrar. Enquanto procurei esse meu tesouro, descobri no caminho coisas que jamais teria sonhado encontrar, se não tivesse tido a coragem de tentar coisas impossíveis.”*

Paulo Coelho

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Origem dos moradores da comunidade de Lages-Ce.....pág.26

## LISTA DE SIGLAS

**CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento

**EJA** – Educação de Jovens e Adultos

**FAO** – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

**INCRA** – Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária

**MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização

**MST** – Movimentos dos Trabalhadores/as Sem Terra

**P1MC** – Programa Um Milhão de Cisternas

**PBF** – Programa Bolsa Família

**PTDRS** – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável

**SAB** – Semiárido Brasileiro

**VBP** – Valor Bruto Produção

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>2 OBJETIVO.....</b>	<b>15</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	18
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	18
<b>3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</b>	<b>16</b>
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	16
3.2 EMPODERAMENTO FEMININO E A AFRICULTURA FAMILIAR .....	19
3.3 A IMPORTANCIA DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	21
3.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O FORTALECIMENTO DA MULHER CAMPONESA .....	22
<b>4 MATERIAL E MÉTODOS.....</b>	<b>25</b>
4.1 ÁREA DE ESTUDO.....	26
4.2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO .....	27
4.3 CARACTERIZAÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA .....	27
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>31</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL DA COMUNIDADE DE LAGES.. .....	31
5.2 PERFIL PRODUTIVO .....	32
5.4 PERFIL DE PERCEPÇÃO DA IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA AGRICULTURA FAMILIAR:.....	33
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>40</b>

**SILVA, J. M. N. da PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RENDA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL LAGES, QUIXERAMOBIM-CE. 40f.**

### **RESUMO**

A agricultura familiar é um conceito utilizado para descrever as unidades de produção rural, estruturadas pelo trabalho familiar e definidas pela relação entre terra, trabalho e família. Pode-se afirmar que a agricultura familiar é umas das principais atividades exercidas pelo homem. E durante muito tempo observamos a figura masculina assumindo um papel de protagonismo, enquanto a mulher tinha um menor destaque, vista muitas vezes como auxiliar da figura masculina, mesmo exercendo atividades importantes. Objetivo do presente trabalho é analisar a participação das mulheres residentes nas propriedades rurais da comunidade de Lages/Ce, indicando seus parâmetros de geração de renda na agricultura familiar. Com base na pesquisa bibliográfica, além da pesquisa de campo, nos propusemos a demonstrar o papel da mulher na agricultura e sua realidade em nossa região, apontando que a realidade da mulher na agricultura é no mínimo insatisfatória, e mesmo reconhecendo que em comparação no passado, fizemos algum progresso. O papel da mulher na geração de renda da agricultura familiar, descrevendo quais atividades as mulheres exercem e como essas atividades contribuem para a geração de renda para este sistema produtivo.

**Palavras-chave:** Participação da mulher. Agricultura Familiar. Renda. Comunidade de Lages.

**SILVA, J. M N. da** PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA RENDA FAMILIAR NA COMUNIDADE RURAL LAGES, QUIXERAMOBIM-CE. 40f.

#### **ABSTRACT**

Family farming is a concept used to describe production units, structured by family work and qualified by the relationship between land, work and family. It can be said that the statement of the main family agricultural activities is one of the main agricultural activities by man. And for a long time we observed a very specific figure in a leading role, while the woman had a lesser prominence, often as an assistant to the figure, even performing important activities. Objective of the present work is to analyze the participation of rural women living in the community of Lages/Ce, indicating their parameters of income generation in family farms. Based on the bibliographic research, in addition to the field research, we proposed to demonstrate the role of women in agriculture and their reality in our region, pointing out that the reality of women in agriculture is at least unsatisfactory, and even recognizing that compared to the past , Any progress. The role of women in generating income from family farming, describing the activities performed by women and how these activities contribute to income generation for this production system.

**Keywords:** Women's participation. Family farming. Income. Lages Community.

## INTRODUÇÃO

A história agrícola no Brasil está ligada à história do processo de colonização no qual a dominação social, a política e a econômica da grande propriedade foram privilegiadas. Assim, a grande propriedade impôs-se como modelo socialmente reconhecido e recebeu estímulos expressos na política agrícola que procurou modernizar e assegurar sua reprodução, podendo-se concluir que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira (WANDERLEY, 1995).

Pode-se afirmar que a agricultura familiar é umas das principais atividades exercidas pelo homem. E durante muito tempo observamos a figura masculina assumindo um papel de protagonismo, enquanto a mulher tinha um menor destaque, vista muitas vezes como auxiliar da figura masculina, mesmo exercendo atividades importantes.

Segundo PACHECO (1996, p. 1):

O trabalho produtivo realizado pelas mulheres no âmbito da agricultura familiar é grandemente subestimado pelas fontes estatísticas oficiais, pois parte-se da premissa que a mulher ocupa o espaço da casa e que sua ocupação principal é, portanto, a atividade doméstica.

A participação feminina na agricultura familiar, mesmo contribuindo com a renda familiar, ainda passa por muitos desafios, onde muitas vezes sua contribuição é vista como atividade complementar da atividade exercida pelo trabalho masculino, não sendo valorizadas produções de alimentos como nos quintais residenciais, os quais as mulheres participam. Essa falta de reconhecimento é o motivo principal da invisibilidade do trabalho feminino dentro do setor produtivo.

No entanto, a jornada diária da mulher no meio rural ainda é desvalorizada pela sociedade, já que muitas das atividades desempenhadas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho (FARIA, 2009).

Apesar do esforço de movimentos sociais de mulheres no campo para reivindicar o reconhecimento de seus papéis como trabalhadoras e cidadãs<sup>2</sup> (FARIA apud SABATTO et al., 2009), a agricultura de base familiar encontra-se ainda fortemente marcada pela divisão sexual do trabalho, em função de suas raízes históricas, que apontam diferenciações entre homens e mulheres (PAULILO, 1987; PAULILO e SILVA 2007; PAULILO, 2004, BRUMER e DOS ANJOS, 2008 e CARNEIRO, 1994). Tal assimetria reserva aos homens o reconhecimento público do trabalho produtivo, permanecendo obscurecido e oculto o trabalho das mulheres, que se circunscreve aos domínios privados.

Conforme Brumer et al. (2011), apesar das mulheres representarem uma força de trabalho importante em cerca de 80% das propriedades familiares, boa parte tem sua força de trabalho mais intensa nas atividades domésticas ou de autoconsumo, com baixa participação na gestão da propriedade e comercialização da produção. Nas unidades produtivas familiares que praticam a pluriatividade as mulheres atuam como atores centrais, combinando atividades tanto agrícolas como não agrícolas, pois esta associação advém da necessidade de diversificação das fontes de renda familiar (RÖHNELT, 2010, p.15-16).

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras. (SALES, Apud ALMEIDA et al, 2014, p.3).

Diante desse contexto, esse tem trabalho como objetivo Analisar a participação das mulheres residentes nas propriedades rurais da comunidade de Lages/Ce, indicando seus parâmetros de geração de renda na agricultura familiar.

## **2 OBJETIVOS**

## 2.1 Objetivo Geral

Analisar a participação das mulheres residentes nas propriedades rurais da comunidade de Lages/Ce, indicando seus parâmetros de geração de renda na agricultura familiar.

## 2.2 Objetivos específicos

- Identificar o perfil das agricultoras da comunidade de Lages-Ce;
- Refletir sobre a participação da mulher na renda familiar;
- Apresentar uma discussão a respeito do papel da mulher na atividade agrícola.

## **3.REFERENCIAL TEÓRICO**

### 3.1 Agricultura Familiar

A agricultura familiar representa diversas vertentes na categoria analítica, política e jurídica. Analítica no campo acadêmico, política no campo da disputa patronal e camponesa, já jurídica pelas definições de leis.

Um estudo realizado nos EUA pela geógrafa Anne Buttimer mostra que onde predominou a estrutura patronal, as condições de vida são precárias. As pessoas possuem moradias em péssimas condições, não têm acesso a escolas, igrejas, clubes, bancos, etc. e a delinqüência infantil, motivada por essas razões ou não, é alta. Já onde predominou a agricultura familiar, a realidade é totalmente diferente. (Fauth, 2006):

“No Brasil, quando se fala em rural e agricultura, o que vem à cabeça das pessoas são as imagens da televisão que reproduz cenas de grandes máquinas colhendo enormes lavouras de soja e cana-de-açúcar ou, pelo lado contrário, contingentes de trabalhadores protestando em nome da reforma agrária” (Schneider, 2006, p.217).

O autor ainda destaca que o desconhecimento do senso comum é ainda maior quando se trata dos agricultores familiares, também chamados de pequenos agricultores e até mesmo produtores de subsistência (Schneider, 2006).

A lei 11.326/ 2006 (Brasil), define como agricultor familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

Os agricultores familiares são aqueles que, anteriormente, eram denominados como pequenos produtores, trabalhadores rurais, colonos e/ou camponeses. No Brasil, a expressão “Agricultura Familiar” surgiu nos anos de 1990 e por esta razão a discussão teórica e política vêm avançando sobre quem é considerado agricultor familiar, qual a sua importância e o seu papel no desenvolvimento local e para a segurança alimentar da população (TASCETTO et al, 2007, p. 23).

Conforme estudo da EMBRAPA (2014), a agricultura familiar possui peso representativo bastante forte no Brasil, mobilizando 14 milhões de pessoas, o equivalente a 60% dos trabalhadores na agricultura. Os pequenos estabelecimentos representam 75% das propriedades rurais, 25% das

terras cultivadas e geram 35% da produção agrícola nacional. Uma diversidade de alimentos, em especial aqueles que são a base da dieta da população brasileira, originam-se das pequenas propriedades familiares, com estudos estimados de, aproximadamente, 31% do arroz, 70% do feijão e 49% do milho venham da agricultura familiar. Segundo estudo mais recente da EMBRAPA (2017), a agricultura familiar no Brasil atualmente equivale a 38% do Produto Interno Bruto agropecuário do país, mais ou menos 54 Bilhões de reais.

Segundo Schmitz e Mota (2007), toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola, como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros, etc., deve ser incorporada na agricultura familiar. O estabelecimento familiar é simultaneamente uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Esses empreendimentos familiares têm duas características principais: gestão familiar e trabalho predominantemente familiar (DENARDI, 2001). Isso corresponde a uma microeconomia particular em que o volume de atividade é função direta do número de consumidores familiares e não do número de trabalhadores.

A agricultura é uma atividade que permite ao homem produzir alimentos e recursos renováveis e contribui, também, para o desenvolvimento do meio rural. Ao longo dos séculos, a produção agrária tem desenhado paisagens de grande beleza e contribuído para a conservação da biodiversidade através da utilização das terras de uma forma adequada às condições naturais (agricultura tradicional).

Para Santos *et al* (2009) “a agricultura familiar é conhecida devido a sua capacidade de geração de emprego e renda a baixo custo de investimento, assim como, por sua capacidade de produzir alimentos a menor custo, com menores danos ambientais” sendo assim uma alternativa bastante viável de produção de alimentos.

A agricultura familiar é responsável por cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária nacional, além de apresentar-se como o segmento que mais cresceu durante a década de 1990, aproximadamente 3,8% ao ano num período que os preços caíram 4,7% ao ano (TOSCANO, 2005).

Para Assad & Almeida (2004), a agricultura sustentável pode ser compreendida pelo pequeno agricultor, como práticas voltadas para a conservação ambiental, como por exemplo: o uso da compostagem, da adubação verde, do manejo ecológico dos solos, do recurso à luta biológica integrada contra pragas e doenças, que implica no abandono de produtos e práticas consideradas nocivas para as pessoas e para o ambiente.

A agricultura familiar se apresenta como alternativa modeladora de um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado. No debate sobre o desenvolvimento local, as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, expressivas na agricultura familiar, têm

importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas (OLIVEIRA; RIBEIRO, 2002).

Para Buainain(2003) a agricultura familiar compreende um modelo de agricultura no qual as atividades de gestão e trabalho estão relacionadas à própria família, como principal responsável pelo processo produtivo. Assim, a agricultura familiar é responsável por 80% da produção de alimentos e matérias-primas que abastecem o Brasil. Já Abromavay (1998) afirma que a agricultura familiar deve ser interpretada como uma forma viável de desenvolvimento propiciando melhores condições de vida, desenvolvimento sustentável e luta contra a pobreza. Além disso, pode-se considerar que a agricultura familiar tem contribuído para uma produção agrícola sustentável, a partir da constatação de que é mais usual a adoção de práticas de cultivo que priorizam uma diversificação de produtos, redução de insumos industriais e a preservação do meio ambiente na agricultura familiar do que nas grandes organizações produtoras.

A agricultura familiar, além da diversificação da produção, ao contrário da agricultura convencional, busca equilibrar o uso dos recursos naturais atuando ativamente no processo de transição para uma agricultura sustentável (TOMASETTO *et al.*, 2009). Para Veiga (1996), além da diversificação da produção, a vantagem da agricultura familiar é ter um perfil essencialmente distributivo e sustentável, além do fortalecimento dos agricultores.

De acordo com Caporal e Costabeber (2001), a agricultura deve ser enfrentada como uma construção social, e dessa forma são as famílias rurais as responsáveis em assumir o papel de sujeito ativo no desenvolvimento de todos os processos socioeconômico e culturais das suas comunidades, transformando a agricultura familiar em uma tradição alto sustentável, onde todos os envolvidos são capazes de realizar mão de obra qualificada para que tenham qualidade em sua produção.

A relação família e trabalho vêm sendo analisada no Brasil sob vários enfoques. Nos estudos sobre a Agricultura familiar, as duas categorias se mesclam pela inter-relação entre quem trabalha (unidade de produção) e quem consome (unidade de consumo) no mesmo espaço, também chamado de —espaço de vida(WANDERLEY, 1996).

Segundo o MDA (2010) a agricultura familiar compõe a parte mais significativa do Brasil rural e ocupa uma vasta diversidade de ambientes físicos, recursos naturais e ecossistemas. Está presente em todo o país e representa uma ampla variedade de princípios culturais, relações e formas de organizações sociais e alternativos e sustentáveis padrões tecnológicos que demonstra a diversidade do espaço rural brasileiro.

Para Santos et al (2009) “a agricultura familiar é conhecida devido a sua capacidade de geração de emprego e renda a baixo custo de investimento, assim como, por sua capacidade de produzir alimentos a menor custo, com menores danos ambientais” sendo assim uma alternativa bastante viável de produção de alimentos.

A agricultura familiar no Brasil apresenta caráter regional desde a sua formação no Nordeste. Caráter expresso pela extrema pobreza dos grupos que viviam ao lado da grande propriedade monocultora completamente isolados. Construía suas casas às margens dos rios e cultivavam os produtos alimentícios, ou de subsistência, em épocas de crise da grande propriedade, estes “sitiantes”, em alguns casos, cultivavam as terras do grande proprietário e eram “protegidos” por seus senhores, tal situação era modificada quando o crescimento da atividade canavieira atingia bons resultados. Os pequenos agricultores tinham suas terras tomadas e cada vez mais instalavam-se às margens, do sistema produtor, não participando do mercado, quanto em termos de ocupação, servindo-se das piores terras. (ALVES e LIMA, 2008 pag. 7).

### 3.2 Empoderamento feminino e a agricultura familiar

Podem-se evidenciar as ações de algumas mulheres pioneiras em três vertentes como: Mary Wollstonecraft (1792), Virginia Woolf (1929), e Simone de Beauvoir, Betty Friedan (1963), Monique Wittig (1969), Germaine Greer (1970), Kate Millett (1970), Ursula K. Le Guin (1969), Margaret Atwood (1985), e Audre Lorde (1984) que colocou o empoderamento feminino no cronograma das discussões das próximas décadas.

O empoderamento feminino na agricultura moderna não é apenas uma constatação. É sinônimo de revolução, uma vez que ambientes diversos e que estimulam o desenvolvimento de profissionais, independente do gênero, performam melhor. Na rotina do setor agrícola, as mulheres são cada vez mais numerosas e desempenham inúmeras funções essenciais para a atividade.

De acordo com Duque-Arazola (2008), empoderamento é o poder que uma pessoa tem de empoderar a si mesmo, no individual, gerando mudanças coletivas e sociais significativas. Para essa mesma autora, o empoderamento feminino pode ser compreendido quando se observa a participação delas nas ações coletivas relacionadas a autoimagem, autoconfiança, desenvolvimento da visão crítica e outros.

Dialogo com o pensamento de Srilatha Batliwala (1994) ao afirmar que o empoderamento é um processo individual e coletivo de questionar as ideologias e as bases das relações de poder patriarcais em vigor. Percebo, com Magdalena Leon (2001), que o processo de empoderamento começa, no caso dos indivíduos, quando eles/as, além de reconhecerem as forças que os oprimem, se mobilizam através de ações coletivas dentro de um processo político, para mudar essa realidade e as relações de poder existentes.

As mulheres agricultoras familiares do semiárido do Nordeste em geral vivem, cotidianamente, o peso da cultura machista, sexista e patriarcal. A formação doméstica reafirma o poder legitimado do homem sobre as mulheres, mantendo-as oprimidas na família, assumidamente figuras subalternas (SAFFIOTI, 1992).

Heleieth Saffioti (2004) ajuda a compreender o patriarcado, ao considerar que ele é um caso específico de relações de gênero, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, no qual os

dois pólos da relação possuem poder. Porém Saffioti defende que esse poder é experimentado de maneira desigual, já que as relações entre homens e mulheres são desiguais e hierárquicas; ao sexo feminino cabe uma pequena parcela de poder dentro de uma relação de subordinação. Esta parcela de poder mesmo pequena permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

Na perspectiva das mulheres no espaço organizacional, o empoderamento feminino fundamenta-se, de acordo com Melo e Lopes (2012), na busca pela emancipação, pessoal e financeira, da qual é um desejo extremamente importante, tendo significado próximo da maternidade e o matrimônio. Para isso, a mulher tem se empenhado em se preparar e se qualificar para o mercado de trabalho, a fim de desenvolver sua própria identificação e planejar seu futuro de acordo com seus desejos.

Houve um crescimento na participação da mulher em todos os setores da economia, porém ainda existe diferenciação de gêneros, especialmente para a mulher do campo, pela falta de reconhecimento do seu trabalho. Conforme Cielo (2014), o reconhecimento a essas mulheres só é dado ao fato de desempenharem o trabalho doméstico, mesmo quando a mulher faz o trabalho no campo, com os animais, etc., o que implica a manutenção desigual de gênero.

Segundo Brumer (2004), diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura concluíram que as mulheres ocupam na maioria das vezes uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como uma forma de “ajuda”, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou desempenham as mesmas atividades que eles.

O autor ainda afirma que existem dois fatores que podem explicar essa divisão: O primeiro é a questão da unidade familiar de produção, onde se reúnem os esforços de todos os membros da família, com o objetivo de desenvolver uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo fator que pode explicar essa divisão está relacionado ao contexto social em que o Brasil se encontra uma sociedade de certo modo machista, em que se atribui única e exclusivamente ao homem o papel de suprir as necessidades básicas do núcleo familiar.

De acordo com Machado e Wizniewsky (2018), é imprescindível destacar que o trabalho da mulher na agricultura sempre foi importante. Normalmente é ela a responsável pela introdução de novas práticas para o cultivo na propriedade, e, muitas vezes, elas que mantêm o local organizado e que fazem toda a manutenção da propriedade para que seja possível fazer o trabalho no tempo certo.

### 3.3 A importância da mulher na agricultura familiar

A mulher do campo é um exemplo de mulher moderna que cuida da casa, dos filhos e que não abre mão de trabalhar para ajudar na renda da família. Na agricultura, elas estão presentes em todas as etapas de trabalho, seja capinando, arando, adubando, plantando, colhendo ou

comercializando seus produtos. Essa multifuncionalidade, as torna peça fundamental no desenvolvimento da agricultura familiar.

No entanto, a jornada diária da mulher no meio rural ainda é desvalorizada pela sociedade, já que muitas das atividades desempenhadas por elas não se enquadram nas categorias aceitas e reconhecidas formalmente pela sociedade em torno do conceito de trabalho (FARIA, 2009).

ROHNELT e SALAMONI, (2010 p.16) dizem que quando observamos a organização nos espaços rurais nos nossos dias, mais precisamente na agricultura familiar, notamos que os mesmos têm mudado, ou melhor, evoluído para se adaptar e manter-se nesse meio agrícola. E neste processo de adaptação são as mulheres que exercem um papel central, no contexto da produção familiar, uma vez que são elas que incorporam as atividades para o auxílio da renda familiar. Seja por extensão da jornada de trabalho em indústrias, combinados aos trabalhos doméstico e agrícola, com a transformação de matéria prima em produtos manufaturados, artesanato doméstico ou dedicação a pequenas unidades de comércio localizadas próximas ao local da produção. As estratégias adotadas são as mais diversas, entretanto, a figura da mulher ocupa uma posição de destaque, porque é a responsável pela grande parte das atividades que caracterizam a pluriatividade na agricultura familiar.

Como vemos, o trabalho rural encontra-se dividido com base no pressuposto de que homens são necessariamente mais capacitados fisicamente que as mulheres e, por tanto, devem ocupar uma posição de liderança e executar os serviços mais “pesados”.

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.(SALES, Apud ALMEIDA et all, 2014, p.3).

Entretanto, apesar desse marco, o trabalho dessas mulheres ainda é desvalidado, pois são elas que asseguram o bem-estar da família e a reprodução social, e apesar da extensa jornada de trabalho, que implica cuidar da casa e ajudar os cônjuges na lavoura, ainda é um trabalho não reconhecido financeiramente, o que implica no aumento da desigualdade financeira (COSTA et. al., 2014). A partir do momento em que surgem políticas públicas que impulsionam um movimento de auto-reflexas sobre o papel esperado, como no caso da cartilha, essas mulheres passam a ter a oportunidade de vivenciar uma tensão saudável para a reorientação de sentido (FRANKL, 2008).

### 3.4 Políticas públicas para o fortalecimento da mulher camponesa

As políticas públicas são delineadas a partir da concepção de “Direitos Humanos”, cuja significância que é atribuída em razão da consciência ética universal, figurando com dispositivo

norteador do ordenamento jurídico adotado em cada Estado. De acordo com Comparato (2010, p. 292), “os dois tratados que compreendem o conjunto dos direitos humanos conforme a Declaração Universal de 1948”, firmada por meio de um compromisso diplomático da comunidade internacional, e delineada com as garantias das liberdades individuais, direitos sociais e econômicos, objetivando a implantação de políticas públicas que assegurem os direitos das minorias.

O sistema normativo global de proteção aos direitos humanos, no âmbito das Nações Unidas, é integrado por instrumentos de alcance geral (como os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e por instrumentos de alcance específico, todos com o objetivo de proteger os direitos do homem (PIOVESAN, 2008, p. 23).

Algumas mudanças ocorrem no cenário das políticas públicas, como em 2003, a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, coordenado nacionalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento CONAB. O PAA, considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constitui um mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Esses programas abarcaram as políticas na perspectiva de gênero em seus eixos de discussão, dando ênfase ao trabalho da mulher agricultora. Como a constituição de 1988 trouxe benefícios aos trabalhadores e o direcionamento das políticas públicas, sob o impacto da democratização e da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, desde os anos 1980, visualizase no Brasil, um processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Com a crescente importância dos governos municipais, a partir da Constituição de 1988, a redução das desigualdades de gênero passou também a fazer parte da agenda dos governos locais (FARAH, 2003).

Contribuindo, SARTI (1988) e SOUZA-LOBO (1991), afirmam que a trajetória do movimento de mulheres, está intrinsecamente ligada a constituição destas como sujeito coletivo, ampliando sua atuação nos espaços públicos, pondo em pauta debate de temáticas que até então permeavam apenas nas esferas privadas. Esses movimentos de mulheres conquistaram, na década de 1980, a implantação das primeiras Políticas Públicas de gênero reconhecendo a diferença entre mulheres e homens, com ações diferenciadas.

Essas políticas foram reivindicadas como forma de pressionar as diversas esferas governamentais de acordo com suas competências e campo dessas políticas. Cabe ressaltar que as primeiras Políticas Públicas dirigidas as mulheres, as reduziam a condição de “mãe trabalhadora”, justificada pelo contexto histórico de invisibilidade dos direitos nas Políticas Públicas brasileiras (FARAH, 2004; NASCIMENTO, 2016).

A partir da perspectiva traçada da relevância social e econômica das políticas públicas para a efetivação dos direitos sociais moduladores do Estado Democrático de Direito brasileiro, torna-se oportuno para esta pesquisa em tela, destacar as políticas públicas direcionadas às mulheres, mais especificamente à mulher do campo.

Apesar da intervenção do Estado por meio da criação de órgãos para atenuar os movimentos, o inconformismo dos trabalhadores do campo persistia, principalmente porque o governo não desenvolvia políticas públicas voltadas para o campo, com isso, os sindicatos rurais começaram a ganhar força e a contar com a presença das mulheres (SILVA, 2017, p. 36).

As políticas públicas reivindicadas pelas mulheres rurais, de acordo com Heredia e Citrão (2006), eram norteadas em função da efetivação dos direitos sociais e, em decorrência do desenvolvimento das organizações de mulheres do campo, o Estado tomou para si a responsabilidade de intervir para mitigar tensões latentes no meio rural, implantando órgãos vinculados ao Ministério do Trabalho, e estabelecendo parâmetros normativos à sindicalização rural, ampliando os direitos dos trabalhadores urbanos aos homens e mulheres do campo, instituindo o Estatuto do Trabalhador Rural (SILVA, 2017).

A relevância do movimento nacional das mulheres trabalhadoras rurais, nomeado da Marcha das Margaridas, que emergiu no campo, em 2000, em cuja “ocasião somaram-se mais de trinta mil mulheres, com diversos movimentos de mulheres rurais e urbanas, de âmbito regional, nacional e internacional, objetivando reivindicar melhorias sociais no campo e na cidade em prol das mulheres” (SILVA, 2017, p. 39).

Em 2003, o PRONAF Mulher foi instituído em solo pátrio, representando uma de crédito direcionada unicamente às mulheres agricultoras familiares (HEREDIA; CITRÃO, 2006). De modo sequencial da implementação de políticas públicas às mulheres rurais no campo, em 2004 o governo criou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004-2007):

Tendo como meta a inserção das mulheres trabalhadoras rurais na economia, para impulsionar o acesso das mulheres a um valor maior de crédito agrícola, de 50% sobre o valor do montante dos recursos que as famílias tinham acesso, entre os anos de 2003 e 2004 (NEAD, 2005).

Segundo dados do departamento de Desenvolvimento Social/Inclusão Social da EMATER-PR, não existe um programa estruturado especificamente para ações em gênero, mas, incentivo a realização de ações voltadas às mulheres rurais, visando incluí-las em projetos produtivos, organizações rurais (associações, cooperativas, sindicatos, conselhos) e acesso às políticas públicas (EMATER, 2015).

## **4. MATERIAL E MÉTODOS**

Este capítulo apresenta o percurso metodológico do estudo, que tem por objetivo analisar a importância da participação da mulher na agricultura familiar da comunidade de Lages no município de Quixeramobim-Ce. As subseções seguintes apresentam os procedimentos metodológicos adotados para atender os objetivos desse estudo.

### **4.1 Área de estudo**

O local de estudo foi a comunidade de Lages – Quixeramobim/Ce. Localizada a 214 km da capital cearense. O clima é semiárido, com chuvas concentradas de fevereiro a maio. O índice pluviométrico é de 713 milímetros (mm) anuais. É constituída por estabelecimentos rurais que se caracterizam pelo predomínio do trabalho familiar e atualmente é composta por 80 famílias, totalizando em torno de 250 pessoas

Em sua estruturação a comunidade possui escolas ativas, posto comunitário, igreja, poços profundos, associação comunitária, grupo de jovens e o grupo de mulheres que produzem o artesanato local. Em relação à saúde, os moradores contam com a presença de um Agente de Saúde, que visita mensalmente as famílias conforme orientações da Secretaria Municipal de Saúde, orientando as pessoas sobre a importância da prevenção e do monitoramento de doenças.

Estudar a agricultura familiar exige do pesquisador considerar as categorias família e trabalho, pois o estabelecimento agrícola de uma família rural é o espaço tanto da produção agrícola ou não agrícola, do consumo familiar e da reprodução física e social, uma vez que também se configura como lugar de residência dos membros do grupo familiar. Por isso, a relevância em estudar a relação da família com o trabalho se ratifica pelo importante papel daquela para a socialização deste (CANTERELLI, 2006).

Com o passar dos anos já era maior o grupo de mulheres unidas, aí então conseguiram um pequeno investimento através, do programa Dom Hélder Câmara, que ajudou bastante, que é uma entidade governamental. A associação então, levou uma proposta a entidade, que era criar um banco de matéria prima. Em que nesse banco eram feitas compras de materiais em grande proporção, para ser vendido as artesãs da comunidade. A partir desse banco, passaram a comprar material a custo de

fábrica, em que a matéria ficou mais fácil comprar, não precisando ir até a cidade. Porém neste banco, só é permitido a compra de produtos, pelos próprios sócios. E nesse banco, contendo todo o material que é preciso para a fabricação de redes, como: as cordas, os tecidos, as linhas de crochê, tintas e agulhas.

A partir deste banco que foi criado, com ele veio a inovação, o tecido começou a ser comprado pronto, juntamente com as cordas. Então, a partir daí, o que ainda se fabrica no tear de madeira, são os mamucabos que são de perfeita fabricação já aumentando produção, pois não precisava mais fabricar os cordões e nem o tecido. Existe também um meio muito importante para todo esse processo que é a fabricação manual do crochê, usando uma agulha específica para esse tipo de trabalho, em que esse também é um artesanato feito por várias mulheres, principalmente até de outras regiões vizinhas, o que mais ainda adquire para outras famílias uma fonte a mais de renda.

Com esta conquista, nesta comunidade tão pequena chamada de lajes, que fica no interior de Quixeramobim-Ceará, muitos outros moradores se encantaram com o trabalho e acabaram adquirindo uma nova forma de trabalho, começou também a fabricação de outros tipos de artefatos, como: mochilas de tecidos, bolsas, tapetes, porta celular, porta calcinha, puxa saco, porta papel higiênico, chaveiros, bonecas, porta pano de prato, capa para travesseiro, porta fósforo e isqueiro, redes de bonecas, e muito mais. Dando-se um meio de conquista para muitas mulheres que criaram sua própria independência financeira, e colocando a sua comunidade em um patamar de comunidade viva que faz de uma produção artesã uma criação de pequenos empreendedores de seu próprio negócio e dando oportunidades aos jovens aprendizes.

#### 4.2 Levantamento Bibliográfico

O primeiro procedimento realizado foi o levantamento bibliográfico em bibliografias públicas, tais como artigos e livros, bem como em pesquisas já realizadas sobre o tema em estudo, buscando assim, um melhor entendimento a respeito do tema da educação, agricultura e desenvolvimento sustentável.

Foi utilizada como procedimentos metodológicos, uma abordagem descritiva associada a um estudo bibliográfico, advinda da seleção criteriosa de artigos científicos de base de dados como: Scientific Electronic Library OnLine (SCIELO) e o Ministério da Agricultura.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa bibliográfica define-se como sendo o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulso e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas

ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

#### 4.3 Caracterização e Metodologia de pesquisa

Assim, para a aquisição das informações que nortearam essa análise foi elaborado um corpo teórico-conceitual sobre os principais paradigmas do desenvolvimento rural, com ênfase na agricultura familiar, modernização da agricultura, estratégias de reprodução social e trabalho feminino no campo.

O método de pesquisa é essencial, pois através dele, tudo se passa até que o resultado final seja apresentado ao leitor. A metodologia é um estudo passo a passo de tudo o que fazemos, o que fazemos e como fazemos.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas de meio ambiente, agricultura, desenvolvimento sustentável, a participação da mulher na renda familiar. Após essa etapa, foi elaborada uma discussão focando em 3 vertentes principais:

1. Caracterização histórica e social da comunidade de Lages
  - a. Idade;
  - b. Renda bruta familiar;
  - c. Quantidade de pessoas por moradia;
  - d. Quantidade de pessoas que exercem atividades agrícolas;
  - e. Participação em organização social coletiva;
2. Perfil Produtivo:
  - a. Cultivo agrícola realizado na unidade familiar;
  - b. Grupo artesanal;
  - c. Grupo de jovens e grupo das mulheres;
3. Perfil de Percepção da importância da participação feminina na agricultura familiar:
  - a. Concepção em relação ao empoderamento feminino;
  - b. Concepção em relação aos alimentos orgânicos e convencionais;
  - c. Concepção de práticas ambientais;
  - d. Perspectiva pessoal em relação ao futuro do meio ambiente;

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1 Perfil Social e Organizacional

Durante o estudo local da comunidade de Lages-Ce , 65% são mulheres e 35% homens, na qual 50% possuem entre 30 a 45 anos, 40% de 18 a 29 anos e 10% possuem de 46 a 60 anos. Estes são oriundos de comunidades rurais, e sede urbana do município. De acordo com o gráfico 01, a maioria dos moradores são ligados diretamente a agricultura familiar, ou seja, 70% vivem no campo, enquanto outros 30% vivem na zona urbana, porém possuem alguma prática produtiva na zona rural. De acordo com Bergamasco, 2001, comunidades rurais, são povos que se desenvolvem e vivem no campo, longes e afastados dos centros urbanos, que vivem da agricultura, pecuária e de atividades extras como artesanato e processos agroindustriais.

**Gráfico 01.** Origem dos moradores da comunidade de Lages-Ce

**Fonte:** Levantamento de dados

No que se refere a renda familiar pode-se destacar que o fator renda é variado entre 01 á 02 salários mínimos visto que na atividade agrícola sofre alterações de acordo com a sazonalidade da produção e comercialização. A agricultura familiar permite que o pequeno produtor trabalhe com sua família na produção de alimentos para consumo próprio. Ao mesmo tempo, os alimentos podem ser vendidos para sustentar as famílias por meio dos recursos econômicos obtidos com a venda de produtos.

A renda familiar dos moradores da comunidade de Lages-Ce são oriundas de diversas fontes: aposentaria rural, programas sociais como o “bolsa família” e “seguro safra/bolsa estiagem” e vendas da produção. Areosa (2008) ressalta que o benefício social recebido pelo idoso, na forma de aposentadoria e/ou pensão, além de garantir uma renda certa e a subsistência dos idosos, cumpre também uma função de proteção social importante, pois através dele é possível constatar uma revalorização da pessoa idosa dentro do espaço familiar, bem como, uma inversão de papéis, em que, de assistido, o idoso passa a desempenhar o papel de assistente. Camarano e Mello (2004), apesar do benefício previdenciário ter a função específica de servir como seguro contra perda de capacidade laboral, a aposentadoria dos idosos rurais eleva a renda no campo e está alterando a composição dos arranjos familiares, a estrutura produtiva e a economia familiar rural.

Já em relação ao Programa Bolsa Família (PBF), Mota afirma:

A realidade social de milhares de famílias brasileiras tem demonstrado o significado do programa de transferência de renda Bolsa Família – Trata-se de um importante instrumento econômico e político do Estado que interfere na reprodução da força de trabalho ocupada e excedente. (MOTA, 2012, p.245)

Os programas sociais e a aposentadoria rural são de extrema importância para mobilizar e fortalecer as economias do meio rural, pois facilitam o consumo dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e facilitam a mobilidade produtiva.

Já no quesito de organização social, pode-se dizer que os moradores participam de alguma entidade coletiva, seja esta associação rural, sindicato rural ou algo similar sendo estas atuantes e participam frequentemente. A organização coletiva contribui para que os povos do campo possam ser visualizados diante da sua demanda em políticas agrárias e agrícolas, bem como em pautas sociais como educação, saúde, assistência social, cultura e lazer.

O campo durante séculos foi lugar de esquecimento, abandonado pelas políticas públicas que em sua maioria foram ineficientes. Para Sangalli et al. (2015) é através do associativismo que pequenos produtores tendem a melhorar a atuação no mercado, e este desempenho econômico torna favorável a permanência no campo. Leonello e Lehfeld (2010) as iniciativas de cooperação a partir de interesses comuns são antigas, porém somente a partir de 1990 que as discussões tornaram - se mais consistentes, com uma nova percepção voltada ao desenvolvimento social e local na concepção da sustentabilidade.

O semiárido brasileiro é uma região em que a pluviosidade anual não ultrapassa 800 mm/ano, isso demonstra o grande déficit de água nessas localidades encontradas, além de sofrer com o déficit de água, o semiárido brasileiro sofre também pela má distribuição dessas águas, onde na qual na região nordeste (TUCCI & BRAGA, 2003). Essa mesma região, sofrida muitas vezes pela estiagem prolongada e pelas secas que causam mortes de rebanhos de gado, água de péssima qualidade para o consumo humano, faltando água também para o abastecimento vegetal. A acumulação de água das chuvas em cisternas se enquadra dentro das chamadas soluções alternativas de abastecimento (MAY, 2004). As práticas de armazenamento de água vêm se tornando cada vez mais comuns no semiárido, como fonte de abastecimento de água nas comunidades.

## 5.2 Perfil Produtivo

Este é um trabalho muito importante, pois mostra o quanto uma fonte de renda muda uma pessoa, uma família, uma comunidade. Pois foi através de uma pequena produção feita em casa, para o próprio uso, que começou a se transformar em uma fonte de renda para algumas famílias que sobreviviam apenas da agricultura. Dessa forma aumentando o lucro de algumas famílias. O que

mais chama a atenção, neste trabalho, é que as mulheres eram as principais há fazerem todo esse processo de artesanato de redes de varandas de crochê. Desde o fio até as lindas varandas.

O processo dessa fabricação, começa pelo fio, em que é feito a partir do algodão descaroçado pela máquina chamada de descaroçador, passando pelo fuso, que é um material de ferro para enrolar o fio, e transformá-lo em cordão, é a partir daí, que começa o trabalho no tear de madeira, que é um instrumento de muita importância para a fabricação do tecido juntamente com os mamucabo, passando entre os cordões. Depois da rede pronta, começa então, as varandas de parede e de labirinto, que eram as usadas há uns anos atrás, e que agora está sendo as de crochê.

Mas por que é citado a mulher como a principal forma de atenção nesse trabalho de artesanato? Por que há anos atrás, algumas mulheres ou a maioria, não eram independentes, eram atenuadas somente ao trabalho de casa, como cuidar somente dos filhos, comidas, roupas e etc. E foi partir daí, que ao produzir redes, para o próprio uso, que algumas passaram a produzir para vender, e com esse dinheiro, passou a ajudar o esposo nas despesas de casa. Foi a partir desse processo que algumas mulheres começaram a se unir com outras, e começaram a expandir a produção de redes de varandas. Lembrando que todo esse aprendizado veio passando de geração para geração. Logo com uns anos depois, já com mais mulheres envolvidas no trabalho, elas se organizaram e formaram uma associação. Foi a partir daí, que começou as melhorias de muitas famílias da comunidade.

Com o passar dos anos já era maior o grupo de mulheres unidas, aí então conseguiram um pequeno investimento através, do programa Dom Hélder Câmara, que ajudou bastante, que é uma entidade governamental. A associação então, levou uma proposta a entidade, que era criar um banco de matéria prima. Em que nesse banco eram feitas compras de materiais em grande proporção, para ser vendido as artesã da comunidade. A partir desse banco, passaram a comprar material a custo de fábrica, em que a matéria ficou mais fácil comprar, não precisando ir até a cidade. Porém neste banco, só é permitido a compra de produtos, pelos próprios sócios. E nesse banco, contendo todo o material que é preciso para a fabricação de redes, como: as cordas, os tecidos, as linhas de crochê, tintas e agulhas.

A partir deste banco que foi criado, com ele veio a inovação, o tecido começou a ser comprado pronto, juntamente com as cordas. Então, a partir daí, o que ainda se fabrica no tear de madeira, são os mamucabos que são de perfeita fabricação já aumentando produção, pois não precisava mais fabricar os cordões e nem o tecido. Existe também um meio muito importante para todo esse processo que é a fabricação manual do crochê, usando uma agulha específica para esse tipo de trabalho, em que esse também é um artesanato feito por várias mulheres, principalmente até de outras regiões vizinhas, o que mais ainda adquire para outras famílias uma fonte a mais de renda.

Com esta conquista, nesta comunidade tão pequena chamada de lajes, que fica no interior de Quixeramobim-Ceará, muitos outros moradores se encantaram com o trabalho e acabaram adquirindo uma nova forma de trabalho, começou também a fabricação de outros tipos de artefatos, como: mochilas de tecidos, bolsas, tapetes, porta celular, porta calcinha, puxa saco, porta papel higiênico, chaveiros, bonecas, porta pano de prato, capa para travesseiro, porta fósforo e isqueiro, redes de bonecas, e muito mais. Dando-se um meio de conquista para muitas mulheres que criaram sua própria independência financeira, e colocando a sua comunidade em um patamar de comunidade viva que faz de uma produção artesã uma criação de pequenos empreendedores de seu próprio negócio e dando oportunidades aos jovens aprendizes.

ROHNELT e SALAMONI, (2010 p.16) dizem que quando observamos a organização nos espaços rurais nos nossos dias, mais precisamente na agricultura familiar, notamos que os mesmos têm mudado, ou melhor, evoluído para se adaptar e manter-se nesse meio agrícola. E neste processo de adaptação são as mulheres que exercem um papel central, no contexto da produção familiar, uma vez que são elas que incorporam as atividades para o auxílio da renda familiar. Seja por extensão da jornada de trabalho em indústrias, combinados aos trabalhos doméstico e agrícola, com a transformação de matéria prima em produtos manufaturados, artesanato doméstico ou dedicação a pequenas unidades de comércio localizadas próximas ao local da produção. As estratégias adotadas são as mais diversas, entretanto, a figura da mulher ocupa uma posição de destaque, porque é a responsável pela grande parte das atividades que caracterizam a pluriatividade na agricultura familiar.

Para Siliprandi (2009), a organização e participação das mulheres rurais tem se ampliado na agricultura, à medida que passam a ser atuantes não apenas nos sindicatos e nos movimentos sociais, mas também em associações e grupos de produção, que desenvolvem experiências produtivas e alternativas em propriedades, como: na agroecologia; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização como feiras, cooperativas, associações.

Todas essas ações vêm se somando com os distintos movimentos para pressionar os governos pela adequação das políticas públicas às propostas das mulheres rurais, ao mesmo tempo em que reafirmam para o conjunto da sociedade a sua especificidade enquanto mulheres, trabalhadoras rurais e produtoras agrícolas.

Através dessa pesquisa vi a importância que essas mulheres tiveram na vida e na sociedade, pois é um trabalho que é digno e de muita importância para essas mulheres, pois trouxe a independência financeira para elas que na época a mulher não tinha um papel na sociedade que pudesse ocupar, e com esse trabalho elas tiveram autonomia e igualdade de viver trazendo algo para compartilhar com a família. Na época elas saíam vendendo de porta em porta, e aquele dinheiro já

ajudava com as despesas da família. Trazendo assim o ofício das redes, caracterizado como um artesanato de tradição, está presente na vida das tecelãs de Lages desde a infância. Assim, está imbuído de valores culturais que traduzem ou refletem as histórias, os usos e costumes locais. Existe uma profunda identificação dessas mulheres com o seu fazer.

De baixos níveis de renda e instrução, e inseridas num contexto de poucas ou quase nenhuma oportunidade de trabalho, fizeram da prática a sua profissão e meio de sobrevivência. As tecelãs permanecem no ofício, resistindo às transformações do contexto sociocultural e econômico, como também, as dificuldades impostas pelo mercado local. A rede de dormir, ao longo do tempo, adquiriu novos significados e usos. Perdeu-se o hábito de dormir em redes, sendo mais utilizada para momentos de lazer e breve descanso. Este aspecto trouxe reflexos negativos para a rede de dormir artesanal de Lages, comprometendo o seu alcance comercial.

Além disso, a forte concorrência com a rede sol a sol e industrializada associada à competição entre os vendedores locais e a presença do revendedor vêm contribuindo para diminuir o volume de produção, o preço do produto e, conseqüentemente, o valor da mão-de-obra artesanal no mercado local.

Mas mesmo com esse contexto econômico desfavorável, a produção de redes de dormir artesanais permanece como um forte traço cultural da região. É um produto local com raízes no território e na comunidade que os gerou. Assim, o tradicional ofício fortalece o pensamento do artesanato como identidade cultural local, ou seja, como meio de representação dos valores reconhecidos ou legitimados em coletividade e que dão sentido de pertencimento a um lugar.

Uma outra contribuição é a inclusão social, gerando renda a mulheres com baixo nível de instrução, idade avançada e fora do mercado de trabalho. Por meio do seu fazer, as tecelãs estabelecem o seu lugar na comunidade e constroem sua cidadania.

É fundamental buscar um mercado adequado e fortalecer a comunicação entre produtor e público-alvo, isto é, um consumidor que compreenda e valorize a dimensão cultural desse artefato. É tanto que clientes escolhem suas varandas de acordo com seu gosto muitas vezes com seus nomes estampados nas varandas.

Enfim, confirmou-se através da pesquisa que, compreender a complexidade do contexto sociocultural e econômico da produção de redes artesanais de Lages, é essencial para se desenvolver ações na própria comunidade como para as demais. Acompanhar o retorno disso para as tecelãs é indispensável para gerar resultados sustentáveis, ou melhor, que possam se reverter em qualidade de vida para as tecelãs e suas famílias.

### 5.3 Perfil de Percepção da importância da participação feminina na agricultura familiar:

O trabalho e a participação da mulher em qualquer campo, econômico ou social, é essencial, como se vê desde tempos imemoriais, quando vemos verdadeiras guerreiras lutando por seu sustento e seu espaço em qualquer sociedade, ao mesmo tempo em que exercem um papel indispensável de mãe, esposa e dona de casa. Como pode ser visto na pesquisa, percorremos um longo caminho na superação das desigualdades e no reconhecimento da importância das mulheres nos ambientes agrícolas, embora a um preço alto.

A agricultura familiar é um segmento muito importante pois dela derivam uma infinidade de produtos que abastecem principalmente os mercados locais

Historicamente, a agricultura é fundamentalmente uma atividade familiar. A necessidade de redução de Custos e ganhos de escala introduziu um processo de modernização que resultou em forte presença da agricultura empresarial ou patronal em muitas atividades. Entretanto, a agricultura familiar continua a ter papel fundamental (Galvão et al, 2001).

Nesse contexto da agricultura familiar, a presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato bem antigo. As mulheres contribuem significativamente para a produção e comercialização dos alimentos, e também nas atividades reprodutivas, sem as quais seria inviável a continuidade da produção do tipo familiar (alimentação, limpeza, cuidado dos filhos e educação destes). Ambas as atividades, produtivas e reprodutivas sofrem com o baixo reconhecimento e invisibilidade, devidos em parte às representações de gênero que perpassam essas famílias. (SALES, Apud ALMEIDA et al, 2014, p.3).

Georgin et al. (2015) analisou a posição que a mulher tem frente ao processo da agricultura familiar com bases agroecológicas em três municípios da região norte do estado do Rio Grande do Sul, bem como as mudanças proporcionadas para ambos os gêneros no decorrer deste processo. Estes autores perceberam que para estes/as agricultores/as familiares, a agroecologia tem se mostrado uma alternativa viável e promissora, pois tem possibilitado agregação de valor à produção, geração de excedente, maior autonomia produtiva e qualidade de vida dos envolvidos.

Segundo Macedo, (2000, p. 69) a percepção ambiental é considerada uma precursora do processo que desperta a conscientização do indivíduo em relação às realidades ambientais observadas. O conhecimento é um importante aspecto na compreensão da interação homem-natureza, fazendo-se então necessário o desenvolvimento do aprendizado que envolva elementos de ordem científica, ética e estética, e que essa interação seja explicitada e favoreça a conscientização ambiental, estimulando ações relativas à conservação da natureza.

Faggionato (2005), a percepção ambiental pode ser definida como sendo uma tomada de consciência das problemáticas ligadas ao ambiente, ou seja, ao ato de perceber o ambiente em que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Por outro lado, conforme discutido no estudo de Rosa & Silva (2002), a percepção ambiental pode ser definida pelas formas como os

indivíduos veem, compreendem e se comunicam com o ambiente, considerando-se as influências ideológicas de cada sociedade.

Segundo Ploeg (2008), a agricultura camponesa constrói o seu progresso a partir do emprego do seu trabalho e de seus conhecimentos na valorização dos potenciais ecológicos e socioculturais locais. Isso implica afirmar que somente através da agroecologia os processos de recampesinização podem ser consistentes em termos qualitativos. Entendendo a agroecologia como a ferramenta de desenvolvimento do campesinato em oposição à agricultura moderna, ela se coloca num movimento que busca autonomia frente ao processo produtivo.

Guzmán e Molina (2005), afirma:

“A agroecologia aparece como uma resposta à crise da agricultura modernizada, assim como condição de reprodução social de famílias marginalizadas de um processo de desenvolvimento econômico”

O alimento orgânico surge do processo agroecológico, de uma alternativa para uma agricultura sustentável, sem utilização de produtos químicos, tóxicos ou práticas que agridem o meio ambiente, o camponês e o consumidor. Esse ponto é bastante positivo, visto que apesar de não conhecer de fato o que é agroecologia, estes conhecem a diferença e importância do alimento orgânico.

No que cerne da percepção sobre a temática de debates na área ambiental, 60% afirmam ser muito relevante e 40% afirmam ser importante os debates na área. De acordo com Oliveira (2005) quando enunciamos o conceito de percepção do meio ambiente, queremos dizer como as pessoas percebem ativamente o meio ambiente, mais ainda, como as pessoas conhecem o meio ambiente [...], percebemos somente o que nossa mente atribui significado. A percepção é seletiva, exploratória, antecipadora. (OLIVEIRA, 2005).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ascensão da agricultura familiar, vemos as mulheres desempenhando um papel cada vez mais importante, com vistas à introdução da mecanização e da tecnologia, promovendo atividades em torno da necessidade da força bruta e dando mais espaço para as mulheres agricultoras. Mesmo assim, a situação está longe de ser ideal. Viés da unidade familiar, às vezes por falta de motivação e treinamento. Sua dedicação e contribuição ao regime foram aumentando gradativamente, pois esse modo de produção não utilizava trabalho assalariado, limitando seu pertencimento aos familiares.

Este é um trabalho muito importante, pois mostra o quanto uma fonte de renda muda uma pessoa, uma família, uma comunidade. Pois foi através de uma pequena produção feita em casa, para o próprio uso, que começou a se transformar em uma fonte de renda para algumas famílias que sobreviviam apenas da agricultura. Dessa forma aumentando o lucro de algumas famílias. O que mais chama a atenção, neste trabalho, é que as mulheres eram as principais há fazerem todo esse processo de artesanato de redes de varandas de crochê. Desde o fio até as lindas varandas.

Com esta conquista, nesta comunidade tão pequena chamada de lajes, que fica no interior de Quixeramobim-Ceará, muitos outros moradores se encantaram com o trabalho e acabaram adquirindo uma nova forma de trabalho, começou também a fabricação de outros tipos de artefatos, como: mochilas de tecidos, bolsas, tapetes, porta celular, porta calcinha, puxa saco, porta papel higiênico, chaveiros, bonecas, porta pano de prato, capa para travesseiro, porta fósforo e isqueiro, redes de bonecas, e muito mais. Dando-se um meio de conquista para muitas mulheres que criaram sua própria independência financeira, e colocando a sua comunidade em um patamar de comunidade viva que faz de uma produção artesã uma criação de pequenos empreendedores de seu próprio negócio e dando oportunidades aos jovens aprendizes.

É como já foi citado logo acima, desde os tempos passados, como já se superou o bastante a conquista da mulher na sociedade, conseguindo a independência financeira, e o espaço na sociedade para o seu próprio trabalho ser reconhecido como importante instrumento de aperfeiçoamento na vida de muitas, e fazendo com que se dê o seu valor nas suas produções.

Como também fazer valer o papel de uma comunidade que se ergue por seus próprios instrumentos de trabalho juntando-se e fazendo valer a sua força de vontade e de expectativas boas. Mostrando que a união é quem faz a força.

E até hoje a comunidade, ainda realiza esse trabalho de artesanato, levando os seus produtos até as feiras de cidades vizinhas.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*, v. 15, n. 1, p. 132-152, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a Extensão rural. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*** – Vol. 15, nº 1:132-152, jan./abr. – 1998.

AGENDA 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES. 2001. p. 260.

ALMEIDA, Doris Bittencourt; GRAZZIOTIN, Luciane. Uma obra referência para professores rurais: a escola primária rural. In Revista FAEEBA, v. 36, 2011, pp. 52-68.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: ed. Universidade, 2000.

ALTIERI, M.A. *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*. Colorado: Westview Press, Boulder, 1987.

Altieri, Miguel 1996 “Una perspectiva agroecológica para orientar los programas de educación de postgrado en Economía Agrícola y Desarrollo Rural en la América Latina del siglo XXI”, en Romano, Jorge y Wessel Eykman (orgs.) *La postgraduación en economía y políticas agrícolas y desarrollo rural: currícula y perfil profesional* (Rio de Janeiro: REDCAPA/EDUR).

AMAZONAS, M.; NOBRE, M. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília: IBAMA, 2002.

AREOSA, Silvia Virginia Coutinho; AREOSA, Antônio Luis. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 138-150. jan./jun. 2008.

BARROS, Josemir Almeida; LIMA, Sandra Cristina Fagundes de. História das escolas públicas primárias em áreas rurais: ausência de políticas públicas (Minas Gerais 1899 - 1911). *Revista HISTEDBR On-line*, v. 13, 2013, pp. 251-263.

BRUNING, M. C. R.; MOSEGUI, G. B. G.; VIANA, C. M. M. A utilização da fitoterapia e de plantas medicinais em unidades básicas de saúde nos municípios de Cascavel e Foz do Iguaçu-Paraná: a visão dos profissionais de saúde. **Ciência e Saúde coletiva**, v. 17, n. 10, p. 2.675-2.685, 2012.

CAMARGO, M. T. L. A. *A garrafada na medicina popular: uma revisão historiográfica. Dominguezia. Buenos Aires*. V. 27, n. 1, p. 41-49, 2011.

CAMARGO, M. T. L. A. **As plantas medicinais e o sagrado**: A etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil. São Paulo: Ícone; 2014.

CARLINI, E. A. Pesquisas com plantas medicinais usadas em medicina popular. **Rev. Ass. Med. Bras.**, v. 29, p. 109-110, 1983.

CARVALHO, A. C. B.; BRANCO, P. F.; FERNANDES, L. A. Regulação Brasileira em Plantas Medicinais e Fitoterápicos. **Rev. Fitos.**, v. 7, n. 1, p. 5-16, 2012.

CARVALHO, A. R.; LACERDA, T. J.; OLIVEIRA, F. E.; et al. Extratos de plantas medicinais como estratégia para o controle de doenças fúngicas do inhame (*Dioscorea sp.*) no Nordeste. **Rev Bras Farmacog.**, v. 16, n. 2, 2000.

SCAPINI, Elton. Programa da Agroindústria Familiar: Manual Operativo. Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Porto Alegre-RS, 2011. Disponível em < <http://atividaderural.com.br/artigos/50856b94d150a.pdf> >. Acesso em: 19 ago. 2021.

- SCARLATO, F. C.; PONTIN, J. A. Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação. São Paulo: Atual, 1992.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. **Agricultura Familiar**: elementos teóricos e Empíricos. *Revista Agrotrópica*. Itabuna, v. 19, p. 21-30, 2007.
- SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel C. M.; GUIMARÃES, Leandro B. Desenvolvimento Sustentável. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SOARES, L. J. G. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. *Revista Presença Pedagógica*, v. 2, n. 11, Dimensão, set/out, 1996
- SOARES, Leôncio José G. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SOUSA, R. F.; BARBOSA, M. P.; SILVA, J. M.; FERNANDES, M. F. Avaliação das Classes de Cobertura Vegetal e do Uso das Terras do Sítio Agreste - Itaporanga-PB. In: XIII SBSR - Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2007, Florianópolis. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2007. p. 4283-4288.
- STAHEL, A. W. *Capitalismo e Entropia: Os Aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis*. In: CAVALCANTI, C. (Org.) Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.
- VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. *Cadernos de Ciência e Tecnologia*. Brasília, DF, v. 13, n. 3, p. 383-404, set./dez. 1996.
- VEIGA, J. E. da. Diretrizes para uma nova política agrária. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2000. p.19-35.
- VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. A Evolução das políticas ambientais no Brasil 1971-91: do bisetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel J.; VIEIRA, Paulo F. (Org.). Dilemas Socioambientais e desenvolvimento Sustentável. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1995. pp. 73-102.
- WANDERLEY, M. de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília: Embrapa, v.2, n.1. p.13 -78, jan./abr.1995.
- KIMURA, J.; SHIBASAKI, H. (org). **Recent advances in clinical neurophysiology**. Proceedings of the 10th International Congress of EMG and Clinical Neurophysiology; 1995 Oct 15-19; Kyoto, Japan. Amsterdam: Elsevier; 1996.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LARANJEIRA, D. B. S.; SANTOS, D. B. dos.; SANTOS, D. B. dos.; MACHADO, M. S.; LARANJEIRA, L. S. Plantas Medicinais em quintais produtivos no Semiárido Baiano. **Cadernos Macambira**, v. 1, n. 2, 2016.
- LIMA, I. E. O.; NASCIMENTO, L. A. M.; SILVA, M. S. Comercialização de Plantas Medicinais no Município de Arapiraca-AL. **Rev. Bras. Pl. Med., Campinas**, v.18, n.2, p.462-472, 2016.

